

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Desenvolvimento Agrário



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2011**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Agricultura Familiar - PRONAF	10
Assentamentos para Trabalhadores Rurais	20
Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	25
Crédito Fundiário	31
Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	40
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	46
Educação do Campo (PRONERA)	54
Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	60
Paz no Campo	66

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram utilizados **R\$ 2.643.940.081,58** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 5.108.776.117,00	Empenho Liquidado:	R\$ 2.643.940.081,58
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 2.643.940.081,58
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 1.280.801.211,54** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 780.560.337,54**, ou seja, **60,94 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0351 Agricultura Familiar - PRONAF	2.455.867.184,00	770.780.879,20	31,39
	0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais	1.042.000.000,00	503.691.681,75	48,34
	1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	625.682.120,00	82.265.145,38	13,15
	1116 Crédito Fundiário	420.745.524,00	60.678.227,67	14,42
	0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	1.411.459.513,00	380.701.607,89	26,97
	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	559.308.824,00	128.600.420,89	22,99
	1350 Educação do Campo (PRONERA)	28.154.912,00	9.113.025,97	32,37
	0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	247.423.895,00	46.798.045,88	18,91
	1120 Paz no Campo	15.695.550,00	6.873.086,00	43,79

Relatório Anual de Avaliação

Total Finalístico		6.806.337.522,00	1.989.502.120,63	29,23
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	42.318.785,00	26.226.177,67	61,97
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		42.318.785,00	26.226.177,67	61,97
Total Geral		6.848.656.307,00	2.015.728.298,30	29,43

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no valor total do órgão+são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

OBJETIVO SETORIAL: Consolidar o desenvolvimento territorial.

Foram apoiados 164 Territórios Rurais selecionados, nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas e correspondendo a uma área de 5.046.045,5 Km² (58,49 % da área total do país). Nestes territórios concentram-se 60,86 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Os recursos totais aplicados pelo Programa foram da ordem de R\$ R\$ 322,9 milhões.

Foram investidos recursos da ordem R\$ 19,0 milhões no apoio a ações formativas demandadas pelos territórios, resultando na capacitação de 56.204 agentes de desenvolvimento, com a realização, no exercício, de 3.665 eventos formativos, como seminários, encontros estaduais e nacionais, oficinas pedagógicas, reuniões técnicas, intercâmbios, palestras, assessorias, cursos, audiências públicas, conferências, dentre outros. Foram concluídos em 2010, 18 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável . PTDRS, e com isto, um total de 134 territórios já dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão. Dentre os 116 planos territoriais elaborados nos exercícios anteriores, 67 (sessenta e sete) também concluíram o processo de sua revisão/qualificação em 2010 e outros 49 (quarenta e nove) estão com previsão de término deste processo até março de 2011. Foram apoiados 240 empreendimentos associativos/cooperativos por meio da aplicação de recursos da ordem de R\$ 56,7 milhões, destacando-se ainda o apoio a 70 Bases de Serviços Técnicos (entidades que atuam na prestação de serviços para a agricultura familiar no que tange a dinamização econômica) a empreendimentos da agricultura familiar e a elaboração de 56 Planos Territoriais de Cadeias Produtivas. Saliente-se, também, o apoio às negociações entre cooperativas de crédito e agentes financeiros, contribuindo para a ampliação da aplicação de crédito da agricultura familiar de R\$ 540 milhões na safra 2008/2009 para R\$ 1.155 milhões na safra 2009/2010.

Com relação aos projetos de infra-estrutura e serviços nos Territórios Rurais, foram contratados 1.019 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R\$ 191,9 milhões, beneficiando um total de 2.466 municípios, em 163 territórios rurais, apoiando projetos nas áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura hídricas, centros de formação, Infra-estrutura social, dentre outros.

OBJETIVO SETORIAL: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar

A linha Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano safra 2009/2010. Foram ampliados os produtos e produtores beneficiados. O Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte de vários tipos de cultura. Nos dois anos-safra de operacionalização (2008/2009 e 2009/2010), o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 3,8 bilhões, atendendo mais de 85 mil agricultores.



O Pronaf Sustentável, criado em 2009, operou em 2010 em projetos pilotos, que atenderam mais de 700 agricultores, com a perspectiva de ampliar para 10 mil até meados de 2011. O programa possibilitará às famílias atendidas obterem maior renda por área cultivada e ao mesmo tempo fazer a recomposição ambiental de sua propriedade, contribuindo ainda para a recuperação do fluxo hidrológico da região.

Em seis anos de operação o Seguro de Agricultura Familiar (SEAF) se consolidou como o maior programa de seguro para agricultura familiar no continente americano, com mais de 500 mil empreendimentos amparados em todo o País e com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões. O SEAF opera em articulação com o financiamento de custeio agrícola do Pronaf. A cobertura para o custeio compreende 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda correspondente a 65% da receita líquida esperada da lavoura. Essa parcela de renda era limitada a R\$ 2.500 até julho de 2010. A partir daí esse valor foi elevado para R\$ 3.500. Na safra 2010-2011 foi criada uma nova modalidade de cobertura: o SEAF Investimento. Essa nova modalidade cobre até 100% da prestação de financiamento de investimento do Pronaf, limitada à margem segurável na operação de custeio e a R\$ 5.000 por agricultor.

Nos oito anos de implementação do Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e interesse dos municípios e dos agricultores familiares. Iniciou-se em 2002, com 333 municípios participantes, 550 mil cotas de participação no programa disponibilizadas e 200 mil agricultores aderidos. Em 2010, foram contabilizados 859 municípios participantes, 700 mil cotas de participação no programa disponibilizadas e 661 mil agricultores aderidos ao Garantia-Safra. Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação no programa.

Em pouco mais de sete anos de sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) investiu mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos, envolvendo uma média de 160 mil agricultores familiares por ano, em mais de 2.300 Municípios. Os alimentos adquiridos contribuem para o abastecimento, em média, de 25 mil entidades por ano, que atendem a cerca de 15 milhões de pessoas. Em 2010, o volume de recursos destinados ao PAA superou a marca de R\$ 800 milhões, beneficiou aproximadamente 213 mil agricultores familiares por todo o país e possibilitou a aquisição de 539 mil toneladas de alimentos. Ainda, de acordo com o levantamento realizado em meados de julho de 2010, 1.576 Municípios estavam comprando gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, ou seja, 28,31% dos Municípios.

Como fruto do Programa Nacional Produção de Biodiesel, já existem 63 Pólos de Biodiesel no Brasil, que abrangem 1.091 Municípios. Em 2010, foram realizadas parcerias no valor de R\$10 milhões em projetos de fomento das áreas de difusão e transferência de tecnologia, pesquisa, sementes, cooperativismo, voltados para o Programa Biodiesel.

OBJETIVO SETORIAL: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

A área total efetivamente incorporada à Reforma Agrária, mediante a criação de projetos de assentamentos, atingiu mais de 48,3 milhões de hectares, no período de 2003 a 2010, seja mediante ações onerosas (desapropriação e compra), seja através de ações não onerosas (reconhecimento, arrecadação, etc.), sendo que somente em 2010, 1,8 milhões de hectares foram incorporados à Reforma Agrária, sendo 243,3 mil ha mediante desapropriação e compra. O total de áreas vistoriadas no período de 2003 a 2010 foi de 36,5 milhões de ha, sendo que somente em 2010, cerca de 2,8 milhões de ha foram efetivamente vistoriados.

Em 2010, foram assentadas 39.111 famílias, quantidade esta que ainda deverá ser ampliada, tendo em vista que no caso de algumas áreas obtidas ao final do ano, o processo de regularizando da homologação das famílias ainda estar sendo efetuada no sistema do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), devendo ser concluído até meados de janeiro de 2011.

A Assistência Técnica e Social aos Assentados (ATES) chegou ao final de 2010 atendendo

Relatório Anual de Avaliação

ao expressivo conjunto de 295.811 mil famílias, sendo que tivemos ainda a conclusão de 195 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos . PDA e Planos de Recuperação de Assentamentos . PRA, que envolveu 15.114 famílias. Atualmente, os serviços de ATES estão sendo prestados por cerca de 70 entidades, que reúnem mais de 3.000 técnicos.

Em 2010, mais de 28 mil famílias tiveram recursos depositados nas contas das associações dos assentamentos para a construção ou recuperação de casas. Além disso, o Governo realizou outras 31,2 mil operações de crédito, envolvendo as demais modalidades do Crédito Implantação, totalizando o atendimento a mais de 59,2 mil famílias em 2010, ou seja, 93,98% da meta originalmente prevista de 63.000 famílias.

O programa Nacional de Crédito Fundiário teve, em 2010, 3.382 operações registradas, adquiriu mais de 90 mil hectares de terra, investiu mais de 191 milhões de reais e ainda atendeu 5.548 famílias, contribuindo assim para a democratização do acesso à terra.

OBJETIVO SETORIAL: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Em 2010, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) contou com a execução de 72 cursos, nos diversos níveis de ensino, contabilizados em 35 parcerias com instituições de ensino, perfazendo 18.118 alunos em sala de aula nas ações de Escolarização de Jovens e Adultos, Nível Médio, Nível Superior e Especialização.

No ano de 2010, o Programa Arca das Letras atendeu 331 municípios e 103.656 famílias. Implantou 860 bibliotecas, distribuiu 179.933 livros e capacitou 1.429 agentes de leitura.

Para o Programa Paz no campo 228.740 famílias acampadas foram assistidas, 152 mediadores de conflitos foram capacitados e 11 instituições de prevenção e combate à violência no campo receberam a cessão de um veículo pelo MDA.

No tocante aos quilombolas, no ano de 2010, 98 comunidades foram atendidas pela ação de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas; 33.957 hectares de terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos foram indenizados; 7 comunidades foram efetivamente tituladas e ainda 3 comunidades tiveram sua delimitação publicada oficialmente, beneficiando 491 famílias em 12.172 hectares.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Agricultura Familiar - PRONAF

GERENTE DO PROGRAMA

Laudemir André Muller

OBJETIVO

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$2.455.867.184,0	Empenhado Liquidado: R\$770.780.879,20 Pago Estatais: - Total: R\$770.780.879,20
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$3.816.719.360,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável - 9A97 (plano elaborado/UNIDADE)	3.400,00	2.380,00	70,00	0,00	0,00	-
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - 2B81 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	187.567,00	30.402,00	16,21	99.330.450,00	54.892.288,44	55,26
Concessão de Crédito para Agricultores Familiars (Pronaf/Exigibilidade Bancária) - 900T (Contrato firmado/UNIDADE)	0,00	140.376,00	0,00	2.690.299.140,00	1.362.053.361,00	50,63
Concessão de Crédito para Agricultores Familiars (Pronaf/FAT) - 9331 (Contrato firmado/UNIDADE)	631.190,00	39.448,00	6,25	7.375.055.750,00	794.837.414,00	10,78
Concessão de Crédito para Agricultores Familiars (Pronaf/Fundos Constitucionais) - 900X (Contrato firmado/UNIDADE)	0,00	0,00	-	2.700.569.635,00	1.659.555.761,00	61,45

Ano Base 2010

Concessão de Crédito para Agricultores Familiares (Pronaf/recursos próprios/Instituições Financeiras) - 900V (Contrato firmado/UNIDADE)	0,00	0,00	-	426.796.131,00	272.824,00	0,06
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) - 0359 (-/-)	833.822,00	661.802,00	79,37	320.058.750,00	310.000.000,00	96,86
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) - 0359 (agricultor segurado/UNIDADE)	833.822,00	661.802,00	79,37	320.058.750,00	310.000.000,00	96,86
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - 4266 (Família beneficiada/UNIDADE)	85.146,00	81.605,00	95,84	8.837.250,00	0,00	0,00
Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - 0281 (-/-)	0,00	0,00	-	1.046.500.000,00	215.614.060,52	20,60
Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - 0A81 (-/-)	0,00	0,00	-	930.000.000,00	157.515.864,97	16,94
Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel - 2B54 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	61,00	71,00	116,39	12.369.500,00	8.986.250,95	72,65
Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar - 4280 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	50,00	21,00	42,00	13.000.000,00	7.552.121,98	58,09
Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco - 8312 (Agricultor familiar assistido/UNIDADE)	3.333,00	4.200,00	126,01	1.000.000,00	0,00	0,00
Gestão de Riscos no Seguro da Agricultura Familiar - 2C76 (Contrato monitorado/UNIDADE)	166.667,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	6.771.234,00	3.718.493,33	54,92
Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - 2B83 (Agricultor familiar beneficiado/UNIDADE)	52.500,00	10.271,00	19,56	7.500.000,00	6.166.334,84	82,22
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	4.000.000,00	1.835.464,17	45,89

Relatório Anual de Avaliação

Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação do PRONAF - 4791 (PROJETO CONTRATADO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	4.500.000,00	4.500.000,00	100,00
Índice médio geral de realização	62,58					45,73

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - 2B81 (PRODUTO ADQUIRIDO/TON)	-	-	-	19.756.616,99	18.123.589,62	0,92
(RAP 2009) Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) - 0359 (agricultor segurado/UNIDADE)	-	-	-	30.000.000,00	30.000.000,00	1,00
(RAP 2009) Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - 4266 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	3.091.675,29	2.708.725,29	0,88
(RAP 2009) Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - 0281 (-/-)	-	-	-	505.393.115,10	96.338.392,70	0,19
(RAP 2009) Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - 0A81 (-/-)	-	-	-	24.196.000,00	6.192.397,90	0,26
(RAP 2009) Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel - 2B54 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.947.451,46	852.290,49	0,44
(RAP 2009) Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar - 4280 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	5.266.078,06	1.203.259,86	0,23
(RAP 2009) Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco - 8312 (Agricultor familiar assistido/UNIDADE)	-	-	-	262.322,91	247.636,68	0,94

(RAP 2009) Gestão de Riscos no Seguro da Agricultura Familiar - 2C76 (Contrato monitorado/UNIDADE)	-	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	1,00
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	516.872,21	46.992,01	0,09
(RAP 2009) Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - 2B83 (Agricultor familiar beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	3.308.545,33	2.982.054,41	0,90
(RAP 2009) Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza - 20BA (-/-)	-	-	-	3.871.733,62	3.725.786,29	0,96
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	2.112.224,04	2.034.312,91	0,96
(RAP 2009) Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação do PRONAF - 4791 (PROJETO CONTRATADO/UNIDADE)	-	-	-	1.818.692,08	1.132.806,32	0,62
Índice médio geral de realização			-			0,67

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas da agricultura familiar tem sua origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. A implementação do PRONAF tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, infra-estrutura produtiva, habitação, saúde, educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

Relatório Anual de Avaliação

1 - O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano safra de 09/10, foi ampliado em R\$ 2,21 bilhões em relação ao que foi aplicado na safra passada. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 20,48%.

Foi ampliado o número de culturas contempladas pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf. O PGPAF garante até R\$ 5.000,00 por agricultor em caso de queda nos preços no momento da comercialização. São contemplados no PGPAF 44 produtos.

Em 2010, começou a ser implantados o Pronaf Sustentável em projetos pilotos, que atenderam mais de 700 agricultores, com a perspectiva de ampliar para 10 mil até meados de 2011. O programa possibilitará às famílias atendidas obterem maior renda por área cultivada e ao mesmo tempo fazer a recomposição ambiental de sua propriedade, contribuindo ainda para a recuperação do fluxo hidrológico da região.

Em seis anos de operação, o SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para agricultura familiar no continente americano, com mais de 500 mil empreendimentos amparados em todo o País e com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões. A partir de julho de 2010 o valor de cobertura foi elevado para R\$ 3.500. Na safra 2010-2011 foi criada uma nova modalidade de cobertura: o SEAF Investimento. O SEAF Investimento irá contribuir para ampliar o acesso ao crédito de investimento e oferecer maior segurança ao agricultor familiar no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

No Garantia Safra no de 2010, foram contabilizados 859 municípios participantes, 700 mil cotas de participação no programa disponibilizadas e 661 mil agricultores aderidos ao Garantia-Safra. O Programa tem boa aceitação entre gestores, organizações sociais e agricultores. Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação no programa. Vale destacar que as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, prefeituras municipais e governos estaduais.

Em 2010, o volume de recursos destinados ao PAA superou a marca de R\$ 800 milhões, beneficiou aproximadamente 213 mil agricultores familiares por todo o país e possibilitou a aquisição de 539 mil toneladas de alimentos. Se considerarmos apenas a execução realizada com recursos do MDA, foram executados, aproximadamente, R\$ 60 milhões divididos entre as modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques, beneficiando cerca de 11 mil agricultores familiares. É relevante observar que, dos cerca de R\$ 99 milhões de orçamento aprovados pela LOA, e destinados à aquisição, cerca de R\$ 40 milhões sofreram o contingenciamento, que impactou no atendimento das propostas de adesão ao PAA em todo o país.

Em 2010, o Programa Biodiesel já conta com 63 Pólos de Biodiesel, que abrangem 1.091 Municípios. Atualmente, 33 empresas já operam com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 100 mil famílias produtoras de oleaginosas em todo o País, organizadas em 60 cooperativas de agricultores familiares. Na Região Nordeste, uma das regiões prioritárias, são cerca de 40 mil famílias que participam do Programa e movimentam cerca de R\$ 50 milhões.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A linha Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano safra 2009/2010. Foram ampliados os produtos e produtores beneficiados. Hoje, o Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo, para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.



Nos dois anos-safra de operacionalização (2008/2009 e 2009/2010), o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 3,8 bilhões, atendendo mais de 85 mil agricultores.

Foi ampliado o número de culturas contempladas pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf. O PGPAF garante até R\$ 5.000,00 por agricultor em caso de queda nos preços no momento da comercialização. São contemplados no PGPAF 44 produtos: abacaxi, açai, algodão em caroço, alho, amendoim, arroz, babaçu, banana, baru, borracha natural cultivada (heveicultura), borracha natural extrativa, café, cana-de-açúcar, cará, carne de caprino, carne de ovino, castanha de caju, castanha do Brasil (em casca), cebola, feijão, girassol, inhame, juta, leite, maçã, malva, mamona, mandioca, mangaba, milho, pequi, piaçava (fibra), pimenta do reino, carnaúba, pó cerífero de carnaúba e cera de carnaúba, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo, tritcale, umbu e uva.

Além de fomentar a diversificação produtiva o PGPAF, ao contemplar a modalidade investimento, oferece suporte aos agricultores que realizam financiamentos no Pronaf Mais Alimentos e nas demais linhas de financiamento de investimento do Pronaf. Em 2009, o governo criou o Pronaf Sustentável que é uma nova abordagem para a liberação de recursos do PRONAF que utiliza um conjunto de metodologias de assessoramento técnico visando ampliar a renda e promover o desenvolvimento econômico e ecológico sustentável para os agricultores familiares classificados como beneficiários do Pronaf. Em 2010, o programa operou em projetos pilotos, que atenderam mais de 700 agricultores, com a perspectiva de ampliar para 10 mil até meados de 2011. O programa possibilitará às famílias atendidas obterem maior renda por área cultivada e ao mesmo tempo fazer a recomposição ambiental de sua propriedade, contribuindo ainda para a recuperação do fluxo hidrológico da região. Em seis anos de operação, o SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para agricultura familiar no continente americano, com mais de 500 mil empreendimentos amparados em todo o País e com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões. A sustentabilidade técnica e financeira do programa tem sido viabilizada por meio de ações de gestão de riscos envolvendo aprimoramento de condições operacionais, monitoramento e assistência técnica para orientação aos agricultores na adoção de boas práticas de cultivo. Essas ações possibilitaram manter sob controle os índices de sinistralidade. Há quatro anos, o SEAF vem operando com indicadores compatíveis com as referências internacionais do mercado de seguros. Por outro lado, as ações articuladas com o sistema de assistência técnica têm contribuído para redução das perdas, o que significa ampliação da produção de alimentos e da renda. O SEAF opera em articulação com o financiamento de custeio agrícola do Pronaf. A cobertura para o custeio compreende 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda correspondente a 65% da receita líquida esperada da lavoura. Essa parcela de renda era limitada a R\$ 2.500. A partir de julho de 2010 esse valor foi elevado para R\$ 3.500. Na safra 2010-2011 foi criada uma nova modalidade de cobertura: o SEAF Investimento. A adesão é feita na operação de custeio agrícola do Pronaf, podendo ser enquadradas operações de investimento contratadas a partir de 1º de julho de 2007. Essa nova modalidade cobre até 100% da prestação de financiamento de investimento do Pronaf, limitada à margem segurável na operação de custeio e a R\$ 5.000 por agricultor. Investimentos em máquinas, equipamentos, recuperação de solos, melhoramento genético e outras formas de ampliação e modernização da infraestrutura produtiva tem sido cada vez mais necessários para aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar as condições de trabalho e melhorar a qualidade dos produtos, de modo a atender às exigências do mercado, aumentar a produção e a renda. O SEAF Investimento foi criado para apoiar o agricultor nesse esforço e irá contribuir para ampliar o acesso ao crédito de investimento e oferecer maior segurança ao agricultor familiar no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Nos oito anos de implementação do Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e interesse dos municípios e dos agricultores familiares. Iniciou-se em 2002, com 333 municípios participantes, 550 mil cotas de participação no

Relatório Anual de Avaliação

programa disponibilizadas e 200 mil agricultores aderidos. Em 2010, foram contabilizados 859 municípios participantes, 700 mil cotas de participação no programa disponibilizadas e 661 mil agricultores aderidos ao Garantia-Safra. O Programa tem boa aceitação entre gestores, organizações sociais e agricultores. Durante o período 2003-2010, 3.142.530 adesões ao programa foram contabilizadas e o Fundo Garantia-Safra atendeu 2.004.452 agricultores que tiveram perdas comprovadas de produção. Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação no programa. Vale destacar que as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, prefeituras municipais e governos estaduais.

Em pouco mais de sete anos de sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) investiu mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos, envolvendo uma média de 160 mil agricultores familiares por ano, em mais de 2.300 Municípios. Os alimentos adquiridos contribuem para o abastecimento, em média, de 25 mil entidades por ano, que atendem a cerca de 15 milhões de pessoas.

Em 2010, o volume de recursos destinados ao PAA superou a marca de R\$ 800 milhões, beneficiou aproximadamente 213 mil agricultores familiares por todo o país e possibilitou a aquisição de 539 mil toneladas de alimentos. Se considerarmos apenas a execução realizada com recursos do MDA, foram executados, aproximadamente, R\$ 60 milhões divididos entre as modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques, beneficiando cerca de 11 mil agricultores familiares. É relevante observar que, dos cerca de R\$ 99 milhões de orçamento aprovados pela LOA, e destinados à aquisição, cerca de R\$ 40 milhões sofreram o contingenciamento, que impactou no atendimento das propostas de adesão ao PAA em todo o país.

O PAA será reforçado no ano de 2011 atendendo à oferta crescente de produtos da agricultura familiar brasileira. A estimativa de recursos orçamentários disponíveis para o PAA poderá chegar aos R\$ 2 bilhões. A tendência é que as modalidades de aquisição de alimentos, financiadas pelo MDA, também atinjam níveis maiores, superando os recursos disponibilizados, bem como a execução de 2010.

A Lei nº 11.947, de junho de 2009, estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A legislação passou a produzir efeitos legais a partir de janeiro de 2010. No entanto, desde 2009, com a edição de Medida Provisória nº 455, de 2009, alguns Municípios já haviam iniciado o processo de mobilização e compra da agricultura familiar. O trabalho de mobilização e capacitação de atores sociais da agricultura familiar desenvolvido tem contribuído para efetivação dessa política.

Em 2010, foram disponibilizados pelo FNDE R\$ 900 milhões para aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar. De acordo com o levantamento realizado em meados de julho de 2010, 1.576 Municípios estavam comprando gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, ou seja, 28,31% dos Municípios. O Programa Nacional Produção de Biodiesel é um programa interministerial do Governo que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, da produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Como fruto do Programa, já existem 63 Pólos de Biodiesel no Brasil, que abrangem 1.091 Municípios. Atualmente, 33 empresas já operam com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 100 mil famílias produtoras de oleaginosas em todo o País, organizadas em 60 cooperativas de agricultores familiares. Na Região Nordeste, uma das regiões prioritárias, são cerca de 40 mil famílias que participam do Programa e movimentam cerca de R\$ 50 milhões. Lançado em 2009 na Região Norte, o Programa

de Produção Sustentável de Palma de Óleo já conta com a participação de cerca de 2.000 famílias e funciona como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Em 2010, foram realizadas parcerias no valor de R\$10 milhões em projetos de fomento das áreas de difusão e transferência de tecnologia, pesquisa, sementes, cooperativismo, voltados para o Prog. Biodiesel.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária - PERCENTAGEM	50,55	30/06/2003	63,16	12/2010	85,00	Muito Baixa

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Medidas corretivas necessárias: A aplicação deste crédito depende diretamente da implantação de consolidação de assentamentos por parte do Incra, uma vez que o crédito Pronaf para o grupo A é o crédito produtivo concedido aos assentados da Reforma Agrária, após a implantação do assentamento e concessão dos créditos iniciais de instalação. Desta forma, em função da dificuldade de avanço nestes passos iniciais, entendemos que não será possível atingir o percentual de 85% inicialmente previsto para 2011.

Justificativa:

Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B - PERCENTAGEM	17,00	30/06/2003	55,61	12/2010	48,00	Alta
---	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha V - PERCENTAGEM	55,80	01/12/2007	61,01	12/2010	62,38	Alta
---	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil _ RECOR

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

O nível de cobertura atingido é de 71,82% (3.275.830 agricultores familiares) sobre o total de agricultores familiares levantado no Censo Agropecuário 2006.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não há avaliação sistemática da satisfação dos beneficiários do Programa com pesquisas científicas. Contudo, o retorno sobre essa satisfação se dá por meio dos resultados do programa e da demanda sobre ele, além de reuniões periódicas dos gestores com representantes de organizações de agricultores familiares, bancos que operam o crédito rural, Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, e visitas a campo. No final de 2009, foi iniciado a nomeação de servidores efetivos no MDA, entretanto ainda o número ainda está muito aquém das necessidades reais da SAF. Contudo, com isso pretende-se avançar nas possibilidades de uma avaliação mais sistemática.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

São efetuadas reuniões periódicas com organizações e entidades de agricultores familiares, para acompanhar a execução das ações e discutir o aperfeiçoamento destas. O Plano Safra da agricultura familiar é construído com forte interação com todas as organizações representativas da agricultura familiar. Há diversos grupos de trabalho e redes temáticas organizados pela Secretaria da Agricultura Familiar que envolvem a participação direta dos beneficiários e suas representações.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Há dois conselhos que tratam de questões importantes para o Programa e que possuem representação destacada da agricultura familiar e suas organizações: o CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Procura-se manter participação efetiva em ambos, apresentando e discutindo pontos importantes do Programa (como o Plano Safra) e das ações (como o PAA, mercados, etc.).

Relatório Anual de Avaliação

Assentamentos para Trabalhadores Rurais

GERENTE DO PROGRAMA

CELSO LISBOA DE LACERDA

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso à terra

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores rurais sem-terra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.042.000.000,0	Empenhado Liquidado: R\$503.691.681,75 Pago Estatais: - Total: R\$503.691.681,75
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos - 90BP (plano elaborado/UNIDADE)	160,00	131,00	81,88	0,00	0,00	-
Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - 8384 (Família assentada/UNIDADE)	65.000,00	39.479,00	60,74	6.000.000,00	5.351.921,78	89,20
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	20.000.000,00	9.040.850,96	45,20
Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária - 8374 (Licença ambiental protocolada/UNIDADE)	956,00	839,00	87,76	15.000.000,00	5.951.728,07	39,68
Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária - 4460 (Área obtida/ha)	742.424,00	244.514,00	32,93	980.000.000,00	470.112.547,80	47,97
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	3.000.000,00	1.267.194,60	42,24
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais - 8387 (ÁREA VISTORIADA/ha)	5.625.000,00	2.500.579,08	44,45	18.000.000,00	11.967.438,54	66,49
Índice médio geral de realização			61,55			55,13

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - 8384 (Família assentada/UNIDADE)	-	-	-	154.677,20	93.941,13	0,61
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	7.290.107,33	7.045.518,71	0,97
(RAP 2009) Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária - 8374 (Licença ambiental protocolada/UNIDADE)	-	-	-	4.841.027,78	1.906.195,03	0,39
(RAP 2009) Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária - 4460 (Área obtida/ha)	-	-	-	21.896.001,11	11.595.570,86	0,53
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	1.432.792,22	1.287.072,50	0,90
(RAP 2009) Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais - 8387 (AREA VISTORIADA/ha)	-	-	-	682.466,22	273.909,99	0,40
Índice médio geral de realização			-			0,63

CONTEXTUALIZAÇÃO

A concentração da posse da terra no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. As intervenções governamentais, por meio das políticas fundiárias e agrárias, não têm sido eficazes para alterar significativa e globalmente a estrutura da posse da terra. O assentamento de trabalhadores rurais constitui ferramenta essencial para mudança do modelo de desenvolvimento do país na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso a terra. Sob o aspecto econômico esse programa contribui para a geração de emprego e renda, sendo um importante mecanismo para criação direta e indireta de empregos a baixo custo. Apresenta fundamental importância para a segurança alimentar, através do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e para a gestão ambiental das áreas destinadas à reforma agrária. Pode favorecer, ainda, a obtenção de divisas, através da oferta para o mercado internacional de alimentos e matérias primas industriais e contribui, também, para o aumento da arrecadação tributária. No aspecto social contribui para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais (moradia, educação, saúde, mortalidade infantil, etc), garantindo a estabilidade familiar, além de propiciar a redução da migração rural-urbana e da mão-de-obra de reserva nas cidades. Sob o aspecto político, apresenta impacto sobre os trabalhadores rurais e suas famílias, que sempre tiveram uma posição de subordinação em relação aos donos das terras e, quando passam a ter acesso a esse meio de produção, iniciam um rápido processo de mudança de sua postura em relação ao mundo, pela tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos e de seus deveres. A despeito de ser executado no campo, produz efeitos positivos sobre a população urbana, promovendo o fortalecimento das economias locais e atingindo o país como um todo. A não implementação do programa

Relatório Anual de Avaliação

acarretará o acirramento dos conflitos sociais no campo, impedindo a democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, os benefícios econômicos, sociais e políticos a ela associados.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

1 - Os principais resultados verificados em relação a este programa foram: 39.479 famílias assentadas; 203 novos projetos criados; 14.685 novos lotes criados; 1,8 milhões de hectares incorporados à Reforma Agrária, sendo 244,9 mil hectares obtidos de forma onerosa (desapropriação e compra); 2,5 milhões de hectares vistoriados; 809 licenças protocoladas junto aos órgãos ambientais estaduais; 492 licenças emitidas pelos respectivos órgãos ambientais estaduais (incluindo 53 renovações de licenças).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

A insuficiência de recursos alocados na Lei Orçamentária teve impacto negativo nos resultados do programa, principalmente na ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária. Nesta ação há necessidade de aproximadamente um bilhão de reais de forma a atender a demanda anual. No final de 2009 havia um passivo de cerca de 500 milhões de reais. Ao final de 2010, esse passivo alcançou um total de 800 milhões de reais. Ainda nesta ação foram solicitados ao congresso nacional 452 milhões de reais na forma de suplementação que somente foram liberados no dia 29/12/2010 sem o equivalente dos recursos financeiros, o que inviabilizou a emissão de TDA para a obtenção de imóveis.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária - UNIDADE	143,00	31/12/2006	72,34	03/2011	100,00	Média
--	--------	------------	-------	---------	--------	-------

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)

Medidas corretivas necessárias: Esse indicador deve ser revisto, pois traduz a quantidade de lotes de assentamentos por projeto criado. Determinar que o índice esteja em 100 unidades de produção familiar por imóvel incorporado no PNRA não faz sentido, visto que em um país de dimensões continentais a variação de tamanho dessas unidades e a relação desse tamanho com a área total dos imóveis e, ainda, os dois fatores apontados relacionados ao modo de produção de cada bioma, região ou estado produzem resultados muito desiguais e, portanto, é temerária a aferição considerando um indicador de âmbito nacional.

Justificativa:

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Alcance entre 80% a 100% do previsto.

100% das famílias assentadas pelo programa compõem o público alvo.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Pouco satisfeito

Embora haja um grande avanço no assentamento de famílias a demanda por terras ainda é muito alta em todo território nacional.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A aferição se dá através de reuniões nacionais com representantes do diversos segmentos da sociedade civil organizada.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

Relatório Anual de Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

A Autarquia invariavelmente recebe grupos de interesse para discutir o andamento do programa e pactuar resultados.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

são realizadas reuniões nacionais e regionais para colher as demandas da sociedade e pactuar os resultados esperados.

Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

GERENTE DO PROGRAMA

Laudemir André Muller

OBJETIVO

Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$625.682.120,00	Empenhado Liquidado: R\$82.265.145,38 Pago Estatais: - Total: R\$82.265.145,38
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido - 8996 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	2,00	20,00	2.000.000,00	1.130.637,30	56,53
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - 4470 (Família assistida/UNIDADE)	403.280,00	36.816,00	9,13	311.050.000,00	55.639.189,23	17,89
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - 4470 (FAMÍLIA ASSISTIDA/UNIDADE)	403.280,00	36.816,00	9,13	311.050.000,00	55.639.189,23	17,89
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas - 2178 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	35,00	25,00	71,43	3.999.600,00	705.412,60	17,64
Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas - 8358 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	230,00	201,00	87,39	4.670.000,00	3.911,80	0,08
Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais - 8332 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	25,00	29,00	116,00	5.100.000,00	7.549,33	0,15

Relatório Anual de Avaliação

Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - 4260 (Agricultor familiar assistido/UNIDADE)	2.481.183,00	446.847,00	18,01	264.632.520,00	9.761.428,78	3,69
Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar - 8326 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	17,00	3,00	17,65	5.000.000,00	1.818.640,23	36,37
Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - 4448 (Agente formado/UNIDADE)	8.422,00	17.182,00	204,01	19.230.000,00	5.950.296,94	30,94
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	10.000.000,00	7.248.079,17	72,48
Índice médio geral de realização			61,42			25,37

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido - 8996 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.487.056,73	1.482.556,73	1,00
(RAP 2009) Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - 4470 (Família assistida/UNIDADE)	-	-	-	64.561.003,14	36.912.521,57	0,57
(RAP 2009) Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas - 2178 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	-	-	-	3.855.018,03	3.259.775,03	0,85
(RAP 2009) Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas - 8358 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	-	-	-	3.745.321,70	1.470.552,40	0,39
(RAP 2009) Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais - 8332 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	4.090.322,51	1.795.194,18	0,44
(RAP 2009) Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - 4260 (Agricultor familiar assistido/UNIDADE)	-	-	-	187.346.082,96	118.327.413,62	0,63

(RAP 2009) Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar - 8326 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.708.481,92	2.157.676,26	0,80
(RAP 2009) Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - 4448 (Agente formado/UNIDADE)	-	-	-	2.829.091,48	2.449.116,27	0,87
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.267.196,67	2.080.440,66	0,92
Índice médio geral de realização			-			0,72

CONTEXTUALIZAÇÃO

A política do Governo Federal para o meio rural no período 2004-2007 se focou na redução da pobreza, na promoção da inclusão social e no desenvolvimento rural sustentável. O crédito rural no âmbito do PRONAF aumentou o volume de recursos disponível para os agricultores familiares de 2,0 bilhões de reais no Plano Safra 2002/2003 para 10,0 bilhões de reais no Plano Safra 2006/2007 e o número de contratos passou de 900 mil para 2,0 milhões no mesmo período. No entanto, esta ampliação sem a devida oferta de tecnologias e o acompanhamento técnico qualificado para orientar os agricultores sobre o uso adequado das mesmas, além de comprometer a qualidade dos investimentos realizados, pode levar a uma situação de inadimplência dos agricultores em relação aos financiamentos adquiridos. Buscando evitar esta situação, desde a publicação do Decreto nº 4.739/03, que transferiu a competência pela assistência técnica e extensão rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - MAPA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, vem sendo construído um conjunto de instrumentos para melhorar e ampliar a prestação dos serviços de Ater ofertado aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. Dentre estes instrumentos, se destacam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, que estabeleceu os princípios basilares e os requisitos necessários para prestação dos serviços de Ater com qualidade e o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - Sibrater, que é o responsável por congrega e organiza os diversos atores sociais que o compõe. Ocorre que o êxito destas iniciativas depende da capacidade do governo de criar um programa que seja capaz de identificar as demandas por prestação de serviços, articular as diversas iniciativas existentes no âmbito federal, estadual e municipal sobre o tema e estabelecer sua compatibilização com outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da Agricultura Familiar.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

Relatório Anual de Avaliação

1 - O ano de 2010 é um marco para a agricultura familiar brasileira em virtude da publicação da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e do Decreto nº 7.215/2010, que dispõem sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Sob o amparo dessa nova legislação, os serviços de ATER passam ser prestados por instituições ou organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, selecionadas por meio de chamada pública. Essa nova forma de contratação visa principalmente qualificar os serviços de ATER e garantir o fornecimento desses serviços de forma continuada.

No decorrer do ano, foram feitas quatro rodadas de chamada pública de ATER para atender os públicos dos Territórios da Cidadania, Operação Arcoverde, Programa Nacional do Crédito Fundiário, Semi-árido e ATER Indígena, com previsão de contratação de serviços para atender cerca de 290 mil famílias. Além disso, está em curso o novo credenciamento de entidades prestadoras de serviços de ATER, de acordo com a Lei nº 12.188, de 2010. Até o momento já são 437 organizações credenciadas pelo MDA, em processo que envolve a participação dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural ou similar, abrangendo mais de 18.000 técnicos em todos os Estados da Federação.

As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram o desenvolvimento rural sustentável, o uso de métodos e ferramentas que promovam a participação, a qualificação para acesso ao crédito e combate à pobreza rural, a produção agrícola e pecuária de base ecológica, o enfrentamento das gripes suína, equina e aviária, a implantação de sistemas agroflorestais e a qualificação para o trabalho com cadeias produtivas e arranjos produtivos locais. Em 2010, as ações de formação executadas diretamente pelo MDA ou em parceria com as instituições estaduais de ATER, através de convênios e contratos, capacitaram aproximadamente 45.000 agentes, com repetição. Para isso foram aplicados recursos na ordem de R\$14 milhões.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O Programa tem duas ações principais a 4470 e 4260. Houve uma mudança da sistemática de execução que passou de convênios (parcerias) para contratação de serviços, de acordo com a nova Lei de Ater nº 12.188, fez com que o custo por unidade ampliasse. Acrescente-se ainda o contingenciamento orçamentário, não possibilitou a utilização de grande parte do orçamento de 2010. Esses fatores causaram o não atingimento da meta esperada no ano.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar - %	37,00	31/12/2006	13,23	12/2010	51,00	Média
Fonte: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural DATER/SAF						
Medidas corretivas necessárias: Há necessidade de ampliar o orçamento no ano de 2011, por meio de suplementação.						
Justificativa: A mudança da sistemática de execução que passou de convenios (parcerias) para contratação de serviços, de acordo com a nova Lei de Ater nº 12.188, fez com que o custo por unidade ampliasse. Acrescente-se ainda o contingenciamento orçamentário, não possibilitou a utilização de grande parte do orçamento de 2010. Esses fatores causaram o não atingimento da meta esperada no ano.						
Taxa de Agentes de Ater Formados - %	20,00	31/12/2006	89,09	12/2010	80,00	Alta
Fonte: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural DATER/SAF						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: Por meio de parcerias estabelecidas com Universidades, Embrapa e CNPq, foi possível obter um alcance maior que o esperado.						
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento - %	33,33	31/12/2006	35,36	12/2010	61,00	Média
Fonte: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural DATER/SAF						
Medidas corretivas necessárias: Será necessário focar as Chamadas Públicas de Ater para contratação dos serviços de Ater voltadas para o crédito investimento. Será necessário também suplementação orçamentária na ação de Ater.						
Justificativa: A mudança da sistemática de execução que passou de convenios (parcerias) para contratação de serviços, de acordo com a nova Lei de Ater nº 12.188, fez com que o custo por unidade ampliasse. Acrescente-se ainda o contingenciamento orçamentário, não possibilitou a utilização de grande parte do orçamento de 2010. Esses fatores causaram o não atingimento da meta esperada no ano.						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O Programa tem como produto de suas ações o atendimento às famílias de agricultores familiares, sendo portanto um relação direta com público-alvo. As justificativas para tal desempenho se deve às apresentadas no desempenho do programa, que foram: a nova sistemática de execução e o contingenciamento orçamentário.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não há avaliação

Relatório Anual de Avaliação

sistemática da satisfação dos beneficiários do Programa com pesquisas científicas. Contudo, o retorno sobre essa satisfação se dá por meio dos resultados do programa e da demanda sobre ele, além de reuniões periódicas dos gestores com representantes de organizações de agricultores familiares, bancos que operam o crédito rural, Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, e visitas a campo. No final de 2009, foi iniciado a nomeação de servidores efetivos no MDA, entretanto ainda o número ainda está muito aquém das necessidades reais da SAF. Contudo, com isso pretende-se avançar nas possibilidades de uma avaliação mais sistemática.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

São efetuadas reuniões periódicas com organizações e entidades de agricultores familiares, para acompanhar a execução das ações e discutir o aperfeiçoamento destas. O Plano Safra da agricultura familiar é construído com forte interação com todas as organizações representativas da agricultura familiar. Há diversos grupos de trabalho e redes temáticas organizados pela Secretaria da Agricultura Familiar que envolvem a participação direta dos beneficiários e suas representações.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Há um Comitê de Ater dentro do CONDRAF.

Crédito Fundiário

GERENTE DO PROGRAMA

Francisco das Chagas Ribeiro Filho

OBJETIVO

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infraestrutura nesses imóveis

PÚBLICO-ALVO

Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$420.745.524,00	Empenhado Liquidado: R\$60.678.227,67 Pago Estatais: - Total: R\$60.678.227,67
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário - 2373 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	3.000,00	3.680,00	122,67	3.250.000,00	1.271.091,35	39,11
Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - 0061 (Família beneficiada/UNIDADE)	11.000,00	5.548,00	50,44	300.000.000,00	20.000.000,00	6,67
Consolidação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - 2C77 (Família beneficiada/UNIDADE)	9.000,00	18.100,00	201,11	7.877.854,00	0,00	0,00
Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural - 1545 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.000,00	2.169,00	27,11	87.517.670,00	18.980.169,30	21,69
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	2.600.000,00	2.118.905,35	81,50

Relatório Anual de Avaliação

Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário - 2B01 (CONTRATO MANTIDO/UNIDADE)	3,00	3,00	100,00	19.500.000,00	18.308.061,67	93,89
Índice médio geral de realização			100,27			40,47

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário - 2373 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	3.068.534,90	3.065.251,50	1,00
(RAP 2009) Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - 0061 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	381.343.711,57	144.148.715,72	0,38
(RAP 2009) Consolidação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - 2C77 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	889.367,00	586.717,00	0,66
(RAP 2009) Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural - 1545 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	51.678.286,07	40.572.248,31	0,79
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	514.394,89	423.211,39	0,82
(RAP 2009) Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras - 2B01 (CONTRATO MANTIDO/UNIDADE)	-	-	-	6.500.000,00	1.447.473,15	0,22
Índice médio geral de realização			-			0,64

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficientes para um processo de desapropriação, representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas deve-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis. Este programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária. O Programa de Crédito Fundiário se dará, através da execução descentralizada pelos Estados e financiará a compra de

imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação destas novas unidades produtivas, a capacitação dos beneficiários e a assistência técnica. A descentralização do Programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir, por outro lado, para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e para uma maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular em matéria de segurança alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

1 - Desde 2003 a execução do PNCF vem tendo um crescimento significativo, alcançando a marca de 35 mil contratos assinados, com o atendimento de mais de 85 mil famílias de trabalhadores rurais. Isso totalizou o financiamento de aproximadamente 1,43 milhões de hectares, com um investimento total de mais de 2,25 bilhões de reais.

2 - Em 2010, mais de 5 mil famílias de trabalhadores rurais conquistaram a propriedade da terra, com a aquisição de 96 mil hectares, acesso a moradia, água de qualidade, energia elétrica e assistência técnica. A política de crédito fundiário, no ano de 2010, representou o investimento de mais de 199 milhões, dos quais 36,5 milhões foram investidos diretamente em ações de combate à pobreza rural como recursos não reembolsáveis.

3 - Cabe ainda ressaltar que 55,8% das famílias atendidas pelo Programa em 2010 vivem nos Territórios da Cidadania, estratégia de ação do governo que visa, por meio do desenvolvimento territorial sustentável, a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural. Por meio da integração de políticas públicas, a estratégia busca a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; o planejamento e a integração das ações governamentais; a universalização de programas básicos de cidadania e a ampliação da participação social.

A intersecção entre esse recorte da atuação dos Territórios da Cidadania e os critérios de elegibilidade do PNCF aponta para o crescimento do público atendido em áreas com baixa dinamização econômica e renda média das famílias. As duas ações, aliadas, colaboram com mudanças no quadro de desigualdades regionais apresentadas no país.

4 - Além dessas características, o Programa Nacional de Crédito Fundiário consolidou, dentro da Linha de Combate à Pobreza Rural, os adicionais de Convivência com o Semi-Árido e de Meio Ambiente, além dos selos Nossa Primeira Terra, Terra Negra Brasil e PNCF Mulher, voltados para públicos específicos.

Destacamos, ainda, a integração com outras políticas públicas, como Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e alguns programas estaduais que potencializaram os recursos de SIC, permitindo maiores investimentos em atividades produtivas e de forma mais rápida.

Relatório Anual de Avaliação

5 - Dentre os avanços importantes alcançados no ano de 2010, destaca-se a assinatura da resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010, que consiste no primeiro instrumento criado para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Este instrumento permite que nos casos em que o mutuário demonstrar a incapacidade de pagamento, seja prorrogado o pagamento do financiamento, dando condições de recuperação e viabilização das unidades produtivas do PNCF.

6 - Ainda dentro dos avanços normativos do PNCF no exercício, foi assinada a resolução CMN nº 3869, de 17 de junho de 2010, que estabeleceu novas condições de financiamentos para os beneficiários do PNCF, elevando o limite de crédito do Programa, que passou de R\$ 40 mil por família para R\$ 80 mil por família, além da redução das taxas de juros e maior equidade nos rebates concedidos.

7 - Buscando a sustentabilidade financeira dos projetos produtivos foi lançada em 2010 a Norma de Execução N.º 002/2010/DCF/SRA-MDA, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre os procedimentos de concessão de extrateto às contratações do PNCF para recursos de SIC, possibilitando a melhoria dos projetos produtivos e da capacidade de pagamento dos beneficiários. A Norma de Execução N.º 001/2010/DCF/SRA/MDA, de 18 de maio de 2010, dispõe sobre os procedimentos para novo acesso ao Subprograma CPR para beneficiários atingidos por Caso Fortuito ou Força Maior que venha inviabilizar as aplicações do SIC, garantindo dessa forma que as famílias não sejam penalizadas por situações alheias a sua vontade.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A Ação 0061 - Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos tem como objetivo promover o acesso a terra, por meio de crédito fundiário, necessário à compra da terra e à estruturação das novas unidades produtivas. Por meio da Ação 0061, no exercício de 2010, foram atendidas de 5.548 famílias, o que corresponde a 50,4% da meta estabelecida. Nos últimos anos, com o crescimento do preço da terra no Brasil, em muitas regiões de atuação do PNCF, ocorreu uma redução do ritmo de contratações do Programa, tendência que se manteve também em 2010. Entretanto, durante o primeiro semestre do ano passado a SRA/MDA, em conjunto com Ministério da Fazenda, buscou soluções técnicas de aperfeiçoamento no Programa, que acompanhasse a dinâmica do mercado de terras e melhorasse as condições de acesso das famílias beneficiárias. Como resultado deste processo foi publicada a Resolução CNM nº 3869, de 17 de junho de 2010, que estabelece novas condições de financiamentos para os beneficiários do PNCF, ampliando os valores de financiamento por família em 100%, de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil. Houve também a regulamentação da resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010 que estabelece a prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. A partir do segundo semestre de 2010, a SRA buscou adequação dos normativos e procedimentos operacionais à implementação destas novas condições de financiamento, o que ocasionou impacto no ritmo de contratações do PNCF em 2010, impossibilitando o cumprimento da meta estabelecida. A execução física também sofreu impacto diante da necessidade de implantação de medidas para que as Unidades Técnicas Estaduais atendessem as Normas de Execução N.º 004/2010/DCF/SRA/MDA de 04 de novembro de 2010, e N.º 003/2010/DCF/SRA-MDA, 29 de julho de 2010 que tratam da utilização do Sistema de Monitoramento (SIMON) e do Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras (SMMT), respectivamente. Estas medidas têm como finalidade melhorar o acompanhamento dos projetos contratados e a supervisão dos serviços de ATER.

Cabe informar que, por equívoco, segundo o Departamento de Crédito Fundiário, Memorando 63/2011/DCF/SRA/MDA, de 15 de março de 2011, os números da ação 2C77 referentes ao exercício de 2010 foram lançados no SIGPLAN de forma incorreta. O registro de 18.100 famílias atendidas, lançado possivelmente por um lapso, não

corresponde à realidade. Os dados reais dessa ação são 2.300 famílias, que correspondem a 25,6% da previsão. Complementando, informamos ainda que o erro foi constatado apenas este ano quando já não havia mais possibilidade de retificar o lançamento, via sistema. Entretanto, a Ação 2C77 teve aumento expressivo em sua execução física quando comparada ao ano de 2009, quando foram beneficiadas 400 famílias.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária - %	4,50	31/12/2003	11,62	10/2201	13,76	Alta
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O Programa Nacional de Crédito Fundiário possui critérios de elegibilidade, que visam atingir o seu público-alvo. Assim, um conjunto de condições tem que ser atendidas para que se possa acessar a política de Crédito Fundiário, destacando-se:

- Linha de financiamento Combate à Pobreza Rural 3 CPR: voltada para trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra ou proprietários de minifúndios, desde que tenham, no mínimo, 5 anos de experiência com a exploração agropecuária nos últimos 15 anos, renda familiar inferior a 9 mil reais e patrimônio inferior a 15 mil reais.

- Linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar 3 CAF: voltada para trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra ou proprietários de minifúndios, desde que tenham, no mínimo, 5 anos de experiência com a exploração agropecuária nos últimos 15 anos, renda familiar inferior a 15 mil reais

Relatório Anual de Avaliação

e patrimônio inferior a 30 mil reais.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Segundo dados da Avaliação Intermediária de Impacto do PNCF, realizada em 2010 pela ESALQ/USP, 60% dos beneficiários do Programa o avaliam como Bom e 22% como Muito Bom.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A Avaliação Intermediária de Impacto do PNCF foi realizada por meio de pesquisa de campo com uma amostra representativa dos beneficiários do Programa (e também de não-beneficiários, utilizados como grupo de controle), visando avaliar seus impactos sobre as condições de vida das famílias beneficiadas. No instrumento de coleta para a pesquisa de campo foi incluída pergunta sobre a avaliação dos beneficiários acerca do Programa, com os seguintes campos de resposta: Ruim, Médio, Bom, Muito Bom.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Sim

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

A Avaliação Intermediária de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário, realizada pela ESAQL/USP em 2010, utilizou dados do estudo de Perfil de Entrada de um grupo de beneficiários (tratamento) e um grupo de não-beneficiários (controle), coletados nos anos de 2006/2007 para as linhas de financiamento Combate à Pobreza Rural 3 CPR e Consolidação da Agricultura Familiar 3 CAF, para as grandes regiões Nordeste (inclusive Espírito Santo) e Sul. Para as mesmas linhas, grandes regiões e agricultores familiares entrevistados no Perfil de Entrada em 2006/2007 foi aplicado o mesmo arcabouço de questões novamente em 2010 (Perfil Atual).

A comparação entre o Perfil de Entrada e o Perfil Atual, e entre o grupo de beneficiários e o grupo de controle, permitiu estimar o impacto do PNCF sobre o bem-estar das famílias, excluindo demais influências externas sobre sua evolução ao longo dos anos.

A Avaliação abrangeu tanto os aspectos quantitativos como qualitativos do Programa. Os aspectos quantitativos se relacionam com variáveis como: renda, consumo, escolaridade, moradia das famílias, variáveis sociais, preços de mercado de terras, produtividade das culturas, preços dos produtos, investimento na terra e meio ambiente. Por sua parte, os aspectos qualitativos se relacionam com temas como a atitude dos AFs frente à inovação, grau de aprovação ou satisfação com a assistência recebida, percepção otimista (ou pessimista) a respeito da sua situação futura, e variáveis relacionadas com o capital social.

A avaliação de impacto do Programa procurou identificar as relações de causa-efeito entre os produtos que disponibiliza o Programa e os resultados esperados. Neste sentido procurou responder à seguinte questão: os produtos, ou seja, o crédito fundiário e bens e serviços entregues pelo Programa contribuíram para atingir os benefícios esperados na população beneficiária?

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

A Avaliação Intermediária de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário foi finalizada em 2010.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Para a Linha de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR), a Avaliação Intermediária de Impacto do PNCF demonstrou os seguintes resultados:

- O número de pessoas vivendo na propriedade adquirida aumentou de 21,1% para 64,7% entre 2006 e 2010.
- O Índice de Qualidade Habitacional das moradias construídas nas propriedades passou de 0,535 para 0,657.
- O acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural cresceu de 5% para 71%.
- A Renda Bruta Agropecuária Anual das famílias cresceu de R\$1.924 para R\$2.649 entre os dois períodos.
- O Patrimônio Total das famílias cresceu de R\$ 8.789 para R\$ 20.281.
- Considerando a Condição Potencial de Pagamento Liquidez, 85 % dos beneficiários estariam em condições de honrar com os contratos com o PNCF.

Para a Linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), a Avaliação Intermediária de Impacto do PNCF demonstrou os seguintes resultados:

- O acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural cresceu de 46% para 53%.
- A Renda Total Anual cresceu de R\$ 14.093 para R\$ 20.044 entre os dois períodos e a Renda Bruta Agropecuária Anual das famílias passou de R\$1.924 para R\$2.649.
- O Patrimônio Total das famílias cresceu de R\$ 42.633 para R\$ 112.686.
- Considerando a Condição Potencial de Pagamento Liquidez, 90 % dos beneficiários e 88% dos novos beneficiários estariam em condições de honrar com os contratos com o PNCF.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

A descentralização das ações, a participação das comunidades, a transparência e o controle social são os princípios que orientam a gestão e a execução do Programa. As comunidades detêm o poder de decisão, possuindo autonomia para escolher a terra que desejam comprar e definir o seu projeto produtivo. Além disso a participação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, municipais, estaduais e nacional vai desde a verificação da elegibilidade dos beneficiários até a avaliação da execução do programa como um todo.

Os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável 3 CEDRS constituem a principal instância decisória do Programa. Sua competência situa-se na aprovação das propostas de financiamento. Cabe, ainda, aos Conselhos avaliar e acompanhar a execução do Programa e promover a articulação com as outras políticas de desenvolvimento agrário nos Estados.

O Programa apóia-se, também, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR que verificam a elegibilidade dos beneficiários e opinam sobre todas as propostas iniciais de financiamento, constituindo, assim, a primeira instância consultiva e de monitoramento. Cabe destacar, que as organizações sindicais têm participação efetiva nos Conselhos.

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar José de Oliveira

OBJETIVO

Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária

PÚBLICO-ALVO

Famílias assentadas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.411.459.513,0	Empenhado Liquidado: R\$380.701.607,89
	Pago Estatais: -
	Total: R\$380.701.607,89
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio Emergencial a Áreas em Estado de Calamidade Pública ou em Situação de Emergência Decorrente de Fenômenos Naturais - 20EQ (-/-)	0,00	0,00	-	27.000.000,00	8.722.586,86	32,31
Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - 0427 (Família atendida/UNIDADE)	63.000,00	24.595,00	39,04	900.000.000,00	258.308.128,13	28,70
Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária - 10YN (Projeto consolidado/UNIDADE)	14,00	0,00	0,00	10.000.000,00	395.154,62	3,95
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento - 8398 (Família atendida/UNIDADE)	27.058,00	5.445,00	20,12	15.000.000,00	4.215.240,86	28,10
Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol - 4320 (Família beneficiada/UNIDADE)	44.667,00	8.977,00	20,10	16.396.191,00	5.278.296,71	32,19
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	59.400.000,00	41.328.118,56	69,58

Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento - 8396 (FAMILIA ATENDIDA/UNIDADE)	133.953,00	12.765,00	9,53	354.792.279,00	57.097.653,89	16,09
Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária - 2B06 (Unidade familiar de produção atendida/UNIDADE)	5.262,00	1.348,00	25,62	15.296.043,00	2.545.080,05	16,64
Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito-Instalação - 2C75 (CONTRATO MANTIDO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	8.575.000,00	133.909,20	1,56
Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento - 4358 (Documento de titulação expedido/UNIDADE)	34.483,00	48.017,00	139,25	5.000.000,00	2.677.439,01	53,55
Índice médio geral de realização			44,21			28,27

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - 0427 (Família atendida/UNIDADE)	-	-	-	688.694.244,90	239.592.225,00	0,35
(RAP 2009) Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária - 10YN (Projeto consolidado/UNIDADE)	-	-	-	7.736.603,79	4.581.070,44	0,59
(RAP 2009) Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento - 8398 (Família atendida/UNIDADE)	-	-	-	34.893.104,10	22.034.625,38	0,63
(RAP 2009) Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol - 4320 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	9.419.170,49	5.537.459,64	0,59
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	9.826.827,93	4.277.554,70	0,44
(RAP 2009) Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento - 8396 (Família atendida/UNIDADE)	-	-	-	269.891.770,80	154.235.768,50	0,57

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária - 2B06 (Unidade familiar de produção atendida/UNIDADE)	-	-	-	12.863.009,55	4.266.273,94	0,33
(RAP 2009) Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito-Instalação - 2C75 (CONTRATO MANTIDO/UNIDADE)	-	-	-	3.955.149,62	0,00	0,00
(RAP 2009) Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento - 4358 (Documento de titulação expedido/UNIDADE)	-	-	-	465.128,05	418.684,20	0,90
Índice médio geral de realização			-			0,49

CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações de reforma agrária contabilizaram, até 2006, aproximadamente 850 mil famílias assentadas em projetos de assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA. O grande número de assentamentos sem uma correspondente política de desenvolvimento, principalmente de infra-estrutura básica (água, estradas e energia elétrica), serviços e créditos não liberados em tempo hábil, resultou num passivo destas políticas para aproximadamente 500 mil famílias. Uma pesquisa realizada em 2003 apontou, por meio de indicadores de qualidade, as mudanças trazidas pelos assentamentos em suas Regiões e concluiu que "pouco mais da metade dos fatores ligados aos índices de qualidade de vida estão plenamente satisfeitos e que, apesar do desenvolvimento dos projetos de assentamento levar a melhorias, elas vão ocorrer de forma lenta e incompleta". (Spavorek, G. 2005). Os assentados, de forma geral, provêm de famílias de trabalhadores com baixíssimos níveis de escolaridade, com experiências diversificadas sobre o trabalho do campo e vítimas do processo de exclusão social. Toda essa população demanda ações complementares ao assentamento para ajudá-las a superar as condições de pobreza em que se encontram e a alcançar melhores condições de vida. Além disso, alguns assentamentos estão localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica dissociada da produção e da comercialização, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento. A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional fundamenta o estabelecimento de ações visando a inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e elevando qualidade de vida no campo. A não implementação de ações voltadas para o desenvolvimento dos projetos de assentamento poderá resultar no abandono dessas famílias à sua própria sorte, possibilitando um novo êxodo rural e o aumento desordenado da população urbana. O apoio ao desenvolvimento dos assentamentos se constitui na condição essencial para a efetividade da política de reforma agrária.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

1 - A execução física das ações de assistência técnica e capacitação de assentados atendeu 295.033 famílias, dessas 44.281 famílias estão abrangidas por instrumentos concluídos no exercício de 2010 e 250.752 famílias inseridas em instrumentos firmados que continuarão em vigência em 2011, visto que esta ação em geral é implementada mediante instrumentos jurídicos plurianuais.

2 - avaliamos que a execução física e orçamentária da ação 4470 (Assistência Técnica e Capacitação de Assentados 3 ATEs) no exercício de 2010, foi bastante positiva e certamente contribuiu para o desenvolvimento dos projetos de assentamento beneficiados, deixando ainda para 2011 uma série de instrumentos firmados que garantirão a continuidade dos serviços de ATEs no próximo período. Soma-se a isso o fato de que há várias Superintendências Regionais do INCRA que estão com Chamadas Públicas em curso, as quais irão selecionar mais entidades prestadoras para os serviços de ATEs o que ampliará o universo de famílias assentadas beneficiadas por esta política pública em 2011.

3 - A execução física da Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento atendeu 72.879 famílias, atingindo a marca de 104,81% ao compararmos com as metas físicas estipuladas na LOA (68.882 famílias), ou seja, superou em 4,81% a meta física prevista. Destaca-se que com os recursos orçamentários disponibilizados em 2010 foram atendidas 12.885 famílias. Com recursos inscritos em restos a pagar, resultado de exercícios anteriores, foram atendidas 60.014 famílias. Em todo o ano de 2010, 72.879 famílias contempladas com esta Ação de infraestrutura.

4 - Do efetivo de obras executado em 2010 para esta Ação, segundo dados do Relatório de Monitoria e Avaliação da Diretoria de Gestão Estratégica-DE, se destaca a implantação e/ou recuperação de 7.352 quilômetros de estradas vicinais e a construção de 282 unidades de obras de abastecimento de água (perfuração de poços, sistemas de armazenamento e de distribuição).

5 - A execução física no exercício de 2010 da ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas atingiu a marca de 64.186 famílias beneficiadas com a concessão do Crédito-Instalação. Destas, apenas 24.802 famílias foram beneficiadas com recursos aprovados para o referido exercício. As outras 39.384 famílias foram atendidas com recursos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A marca de 80% computada foi computada considerando os limites estabelecidos por Decreto. Desses, a restrição financeira imposta pelo Tesouro Nacional comprometeu o atendimento à crescente demanda em decorrência do significativo aumento do número de famílias assentadas nos últimos anos somado ainda ao passivo de obras de infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamento do INCRA que ainda é elevado;

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento - %	8,25	31/12/2006	8,26	12/2010	8,64	Média

Fonte: Sistema de Informação do INCRA

Medidas corretivas necessárias: Para que um projeto de assentamento possa ser oficialmente consolidado pelo Incra faz-se necessário o cumprimento de alguns pré-requisitos: a demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quando existentes; a concessão do Crédito Apoio a Instalação; a existência de habitação para as famílias assentadas (oriundas do crédito habitação ou não); a infraestrutura básica concluída, qual seja: estradas de acesso, sistema de abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural; e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas.

Além desses requisitos, é imperioso verificar as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas nos projetos consolidados, de maneira que se assegure a sua inserção no contexto do desenvolvimento local/regional. Essas condições são de grande complexidade e a avaliação e atesto exige a atuação concomitante de diversos setores institucionais dificultando e tornando moroso todo o process

Justificativa: Apesar do cálculo proposto pelo TCU ser por exercício, os números apresentados para o índice de consolidação levam em conta todos os exercícios. Assim, o cálculo realizado consiste na relação entre o total de assentamentos consolidados e o total de assentamentos em execução.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Cabe destacar que os limites financeiros restringiram significativamente o desenvolvimento do programa

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não há uma sistematização de informações prestadas após a conclusão de cada etapa. Esta deficiência será superada por meio da elaboração de um instrumento de avaliação a ser aplicado pelo INCRA.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

GERENTE DO PROGRAMA

José Humberto de Oliveira

OBJETIVO

Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia

PÚBLICO-ALVO

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$559.308.824,00	Empenhado Liquidado: R\$128.600.420,89 Pago Estatais: - Total: R\$128.600.420,89
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável - 9A97 (plano elaborado/UNIDADE)	2.400,00	1.371,00	57,13	0,00	0,00	-
Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS - 2A99 (Colegiado territorial consolidado/UNIDADE)	40,00	36,00	90,00	27.000.000,00	23.345.046,80	86,46
Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - 8991 (Território apoiado/UNIDADE)	1.321,00	246,00	18,62	414.253.144,00	37.114.726,30	8,96
Apoio Emergencial a Áreas em Estado de Calamidade Pública ou em Situação de Emergência Decorrente de Fenômenos Naturais - 20EQ (-/-)	0,00	0,00	-	28.000.000,00	0,00	0,00
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento - 6466 (Agente capacitado/UNIDADE)	25.000,00	56.204,00	224,82	19.600.000,00	17.634.662,08	89,97

Ano Base 2010

Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste - 5160 (Família beneficiada/UNIDADE)	15.000,00	15.050,00	100,33	22.199.996,00	21.368.693,29	96,26
Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - 102C (plano elaborado/UNIDADE)	20,00	18,00	90,00	2.980.000,00	0,00	0,00
Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - 8394 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	197,00	240,00	121,83	42.115.684,00	27.472.149,72	65,23
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.160.000,00	1.665.142,70	52,69
Índice médio geral de realização			100,39			49,95

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS - 2A99 (Colegiado territorial consolidado/UNIDADE)	-	-	-	9.076.989,60	8.739.675,00	0,96
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - 8991 (Território apoiado/UNIDADE)	-	-	-	296.938.649,09	154.802.626,33	0,52
(RAP 2009) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento - 6466 (Agente capacitado/UNIDADE)	-	-	-	1.592.580,19	1.392.660,19	0,87
(RAP 2009) Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste - 5160 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	19.745,90	19.745,90	1,00
(RAP 2009) Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - 102C (plano elaborado/UNIDADE)	-	-	-	123.500,00	123.500,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - 8394 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	-	-	-	29.838.764,60	29.260.114,60	0,98
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	60.000,00	24.547,81	0,41
Índice médio geral de realização			-			0,82

CONTEXTUALIZAÇÃO

Parte significativa da população brasileira está localizada em municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para banir a fome, gerar empregos, reduzir significativamente a pobreza e crescer economicamente. As políticas públicas até aqui implementadas não foram capazes de superar esses desafios, pois se verifica que a grande maioria desses municípios não possui condições objetivas de promover o desenvolvimento sustentável, nem mesmo de participar de processos induzidos e articulados ao conjunto das demandas sociais existentes. Faltam ainda capacidades locais, humanas e institucionais, suficientes para que organizem ações encadeadas entre os diversos setores econômicos e sociais. Essas deficiências os obrigam a depender de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político. Para enfrentar esses problemas, é necessário que políticas públicas articulem-se às demandas sociais e que tais municípios aliem-se a outros em melhores condições, de forma a gerarem sinergias e maior efetividade nas políticas, possibilitando que os conjuntos formados por esses municípios, aqui denominados "territórios rurais", apropriem-se dos processos técnicos, sociais e políticos, para o que concorrem, dentre outros aspectos: (i) o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais locais; (ii) o fortalecimento das institucionalidades capazes de operar os processos; (iii) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas; (iv) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras e associativas, resultando na articulação das demandas sociais e das políticas públicas, em benefício de sua população. Face ao grande esforço a ser desenvolvido pelas políticas públicas que buscam o desenvolvimento equilibrado do País, ainda se carece de um elemento que as consolide frente à heterogeneidade brasileira, que acelere o desenvolvimento de capacidades para a autogestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais, estimulando a solidariedade e a participação. Este elemento é a perspectiva territorial articulando a políticas públicas e demandas sociais. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão colegiado da estrutura do MDA, coordenou a elaboração de uma proposta intitulada Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, durante dois anos, com a participação de mais de quatro mil pessoas, representando mais de trezentas entidades públicas e da sociedade civil, que concluiu pela extrema necessidade de se adotar a abordagem territorial na concepção e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se ainda que movimentos sociais representativos de cerca de 90% dos agricultores familiares do Brasil vêm reivindicando há vários anos a adoção de mecanismos que possibilitem ampliar e qualificar os impactos das políticas de desenvolvimento rural sustentável.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

1 - 56.204 agentes de desenvolvimento capacitados (224,81% da meta física), nos 164 territórios rurais apoiados em 2010, tanto diretamente pela SDT quanto por intermédio de parcerias com organizações da sociedade civil e do poder público.

2 - 18 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS elaborados (90,0% da meta anual), sendo que no período 2004 a 2010, foram elaborados/revisados um total de 134 PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa.

3 - Em 2010, mais 36 Colegiados Territoriais atingiram o estágio de consolidados (90,0% da meta anual), totalizando 150 colegiados consolidados no universo de 164 territórios apoiados no ano, todos com seus colegiados já constituídos.

4 - 240 empreendimentos associativos/cooperativos apoiados (160,0 % da meta)

5 - 933 planos de trabalho contratados por intermédio da Caixa Econômica Federal beneficiando, com projetos de infra-estrutura e serviços, a 163 territórios rurais (99,3% da meta anual de 164 territórios apoiados com projetos de infraestrutura e serviços), envolvendo diretamente a 649 municípios e indiretamente a outros 2.015.

6 - 15.050 famílias beneficiadas com Assistência Técnica Permanente (100,3% da meta anual), por intermédio do Projeto Dom Hélder Câmara (Ação Orçamentária 5160).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Com relação aos resultados físicos obtidos no período, os mesmos podem ser considerados satisfatórios uma vez que para todas as ações orçamentárias, os índices alcançados foram pelo menos 90% da meta prevista para o período, sendo que no caso das ações orçamentárias de capacitação de agentes de desenvolvimento (ação 6466) e fomento ao cooperativismo (ação 8394), os índices foram, respectivamente, 224,81% e 160%.

Já em relação aos resultados financeiros, o desempenho no geral também foi satisfatório, levando-se em consideração algumas questões operacionais, que impactaram negativamente no desempenho financeiro, quais sejam: (i) a equipe de servidores da SDT ainda é insuficiente para toda a operacionalização do Programa; (ii) a indisponibilidade de financeiro para pagamento de instrumentos já empenhados vivenciada ao final do exercício de 2010; (iii) O fato de 2010 ter sido um ano eleitoral em que a legislação pertinente limitou o período disponível para a descentralização de recursos, contribuindo para que a celebração de convênios e contratos de repasse para aplicação dos recursos do Programa no exercício em questão tenha se concentrado nos meses de novembro e dezembro, também impactando negativamente no desempenho financeiro.

Desta forma, cabem ressalvas para o desempenho nas ações de elaboração de planos territoriais (ação 102C), de apoio emergencial a áreas em estado de calamidade pública ou em situação de emergência (ação 20EQ) e de apoio a projetos de infraestrutura e serviços (ação 8991), em que os índices obtidos foram, respectivamente, 0% (zero pontos percentuais), para as duas primeiras ações, e 8,95% para a última, considerando os valores de empenhos liquidados em relação à meta do exercício.

Relatório Anual de Avaliação

No caso da ação de elaboração de planos territoriais (ação 102C), o orçamento de 2010 desta ação foi totalmente empenhado, porém não houve a liquidação e pagamento da mesma em função de indisponibilidade de financeiro no final do exercício, levando à inclusão desses valores em RAP 2010, sendo que esses recursos, quando pagos, serão utilizados na revisão e qualificação de planos já elaborados, na elaboração de novos planos territoriais para os restantes 30 territórios já incorporados ao programa.

Com relação à ação de apoio a projetos de infraestrutura e serviços (ação 8991), cumpre lembrar novamente que 2010 foi um ano de eleições no Brasil, em que a legislação pertinente limita o repasse de recursos durante o período eleitoral, fato que comprometeu o desempenho financeiro da ação em questão, além dos problemas vivenciados com relação à indisponibilidade de financeiro para liquidação e pagamento dos projetos no final do exercício.

Cumpre destacar que, para o caso das ações apoio a elaboração de planos territoriais (ação 102C), de apoio a projetos de infraestrutura e serviços (ação 8991) e de apoio emergencial a áreas em estado de calamidade pública ou em situação de emergência (ação 20EQ), os valores empenhados no exercício (respectivamente R\$ 2.980.000, R\$ 258.397.046 e R\$ 23.184.852) correspondem respectivamente a 100%, 62,3% e 82,8% da meta anual do exercício.

Especificamente no caso da ação de apoio emergencial a áreas em estado de calamidade pública ou em situação de emergência (ação 20EQ), foram celebrados no final de 2010, 19 contratos de repasse com os Governos do Estado de Alagoas e do Estado de Pernambuco e não houve tempo hábil para os processamentos necessários ao pagamento dos mesmos, além do problema relacionado à indisponibilidade de financeiro para liquidação e pagamento dos projetos no final do exercício. O valor empenhado para esta ação em 2010 foi de (R\$ 23.184.852).

Ainda em relação ao apoio a projetos de infraestrutura e serviços (ação 8991), os valores de RAP 2009 pagos no exercício, somados aos valores liquidados do orçamento de 2010, contribuíram para melhorar o desempenho financeiro da ação, bem como para o alcance dos resultados físicos (163 territórios apoiados com projetos).

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais - %	21,33	31/12/2006	33,11	12/2010	53,00	Muito Baixa

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Medidas corretivas necessárias: Conforme explicitado para os índices anteriores, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (53%, representando um total de 238 colegiados consolidados) seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente. considerando que o processo de consolidação dos colegiados demanda tempo e varia de acordo com a realidade vivenciada em cada território apoiado.

Justificativa: Idem indicadores anteriores..

Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais - %	25,77	31/12/2006	36,22	12/2010	62,22	Muito Baixa
---	-------	------------	-------	---------	-------	-------------

Fonte: SDT-MDA/CEF

Medidas corretivas necessárias: Conforme explicitado para o índice anterior, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (62,22%, representando um total de 280 territórios apoiados com projetos de infraestrutura e serviços) seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente.

Justificativa: Idem indicador anterior.

Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - %	9,11	31/12/2006	29,78	12/2010	60,00	Muito Baixa
---	------	------------	-------	---------	-------	-------------

Fonte: SDT-MDA

Medidas corretivas necessárias: Para que este índice seja alcançado seria necessária a incorporação, ao Programa 1334, de um número bem maior de territórios rurais o longo de 2008 a 2011 (a previsão do Programa para 2011 é a manutenção dos atuais 164 territórios apoiados), o que se torna impossível com os recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização. Como medida corretiva seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009, o que não ocorreu, uma vez que o processo de elaboração dos planos territoriais demanda tempo e varia muito de acordo com a realidade vivenciada em cada espaço apoiado.

Justificativa: O índice previsto para 2011 (60%) representa 270 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, para um universo de 450 possíveis Territórios Rurais no Brasil, o que se torna impossível com o atual aporte de recursos e a consequente inclusão de novos territórios rurais ao Programa, como programado inicialmente.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Nos 164 Territórios Rurais apoiados pelo Programa em 2010, concentram-se cerca de 60,86% dos seus possíveis beneficiários, indicando a coerência dos critérios de priorização dos territórios a serem incorporados ao programa adotados pela SDT e pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou seja, nos 36,5 % dos territórios brasileiros já apoiados, encontra-se 60,86% do público alvo do Programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

Relatório Anual de Avaliação

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A SDT não dispõe ainda de mecanismos para realizar avaliações diretas da satisfação dos beneficiários, nem de estrutura de pessoal para isto. Neste sentido, e considerando que os processos, indicadores e ferramentas de acompanhamento e avaliação até então utilizados são considerados insuficientes, em termos do objetivo maior do Programa de apoiar o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, a SDT desenvolveu um Sistema de Gestão Estratégica - SGE, como ferramenta para o monitoramento e avaliação, bem como para a gestão estratégica do Programa e da própria Secretaria. Em 2009 foi celebrado um Termo de Cooperação com o CNPq que está possibilitando, com a participação de universidades públicas brasileiras, a implementação do referido sistema a partir de 2010. Os resultados dessa parceria com as universidades na implementação do SGE possibilitarão, no futuro, a avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

A estratégia de implementação do programa está baseada fortemente na promoção de acordos e entendimentos com os diversos atores sociais dos territórios, governos estaduais e parcerias federais.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O programa é acompanhado e discutido no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf, especialmente pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial, que integra o mesmo. Da mesma forma, em nível estadual e municipal, o acompanhamento do programa se dá em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e parte significativa dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável que participam dos colegiados territoriais criados e/ou fortalecidos com vistas à promoção da gestão social do desenvolvimento territorial.

Relatório Anual de Avaliação

Educação do Campo (PRONERA)

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar José de Oliveira

OBJETIVO

Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$28.154.912,00	Empenhado Liquidado: R\$9.113.025,97 Pago Estatais: - Total: R\$9.113.025,97
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária - 8370 (Profissional formado/UNIDADE)	2.050,00	4.753,00	231,85	15.000.000,00	6.070.445,14	40,47
Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social - 6952 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	522,00	2.222,00	425,67	4.000.000,00	1.748,51	0,04
Educação de Jovens e Adultos no Campo - 4474 (Trabalhador rural escolarizado/UNIDADE)	2.867,00	13.365,00	466,17	5.300.000,00	244.000,00	4,60
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.500.000,00	2.592.114,80	74,06
Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras - 2C72 (biblioteca implantada/UNIDADE)	603,00	893,00	148,09	354.912,00	204.717,52	57,68
Índice médio geral de realização			317,95			35,37

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária - 8370 (Profissional formado/UNIDADE)	-	-	-	8.765.918,25	6.930.745,70	0,79
(RAP 2009) Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social - 6952 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	857.693,64	304.815,64	0,36
(RAP 2009) Educação de Jovens e Adultos no Campo - 4474 (Trabalhador rural escolarizado/UNIDADE)	-	-	-	2.653.133,46	2.619.746,76	0,99
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	20.241,62	1.765,41	0,09
Índice médio geral de realização			-			0,56

CONTEXTUALIZAÇÃO

Além da geração de emprego, que se constitui numa das prioridades de governo, o MDA tem como missão fortalecer a Agricultura Familiar e avançar na Reforma Agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. No final de 2004, o INEP/MEC e o MDA/INCRA realizaram a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária - PNERA com o objetivo de identificar a oferta e a demanda educacional nos assentamentos da Reforma Agrária, criados a partir 1985. Foram visitados 5.595 assentamentos e 8.679 escolas e entrevistadas 10.200 famílias. Estimando que moravam nos assentamentos 2.549 mil pessoas, a pesquisa revela que a oferta de níveis e modalidades de ensino é relativamente baixa nas escolas do campo: creche (3,5%); pré-escola (30,5%); classes de alfabetização (16,7%); ensino fundamental de 1ª à 4ª séries (84,1%); EF 5ª a 8ª séries (26,9%); ensino médio (4,3%); ensino profissionalizante (0,5%); EJA alfabetização (16,3%); EJA 1ª à 4ª séries (20,2%); EJA 5ª à 8ª séries (5,8%); EJA ensino médio (0,7%). A pesquisa indica que a oferta de escola no nível médio e ensino profissionalizante para estudantes assentados cobre somente 4,6% da demanda e que, da população assentada, apenas 1,3% conseguem entrar na universidade. Indica ainda que, de um modo geral, a maioria dos professores das escolas dos assentamentos tem baixa escolaridade. Em relação a infraestrutura físico-funcional, a maioria das escolas é pequena, são construídas com materiais inadequados e possui instalações em situações precárias. Cerca de 48% tem apenas uma sala de aula e 22,8% duas salas, ¾ das escolas funcionavam em instalações improvisadas - galpão, casa de farinha, casa do professor etc. Apenas 9% têm biblioteca/sala de leitura; cerca de 75% das escolas não têm acesso a meios de comunicação; apenas 9% têm computador; e somente 2,6% dos alunos recebem aulas de informática. Nesse sentido, o Programa se justifica pela premente necessidade de promover a alfabetização e a escolarização desses(as) trabalhadores(as) assentados(as) e a formação e valorização de professores para atuarem nas escolas dos assentamentos. A permanência desses índices de analfabetismo e a baixa escolarização comprometem a qualidade do processo da Reforma Agrária, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. O PRONERA deve ampliar a oferta de cursos de ensino médio profissionalizante e de

Relatório Anual de Avaliação

cursos de nível superior. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalharão na assistência técnica e social aos assentados, aliada ao processo de formação pelo qual estes jovens passarão trabalhando nessas áreas, através da participação em uma especialização lato sensu, contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

1 - Institucionalização do Pronera após a aprovação da Lei n.º 11.947/2009, notadamente o art. 33º. O Poder Legislativo autoriza o Poder executivo a instituir o Pronera como política pública de educação a ser executada pelo Incra;

2 - Publicação do Decreto 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa nacional de Educação na Reforma Agrária;

3 - A decisão prolatada no Acórdão TCU 3 Plenário n.º 3.269/2010, de 01/12/2010, que autoriza ao Incra celebrar parcerias por meio de convênios no âmbito do PRONERA. Tais avanços fazem que o Programa continue avançando na educação no meio Rural para que os povos do campo tenham o seu direito ao ensino assegurado

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Desde 2008, com a suspensão do pagamento de bolsas a professores e alunos, determinada pelo MEC, e em 2009/2010, a interrupção de realização de parcerias por meio de convênios, por força do Acórdão n.º 2.653/08, o PRONERA sofreu forte impacto na implementação de novos projetos, pois estes não puderam ser executados como se pretendia causando um impacto significativo na inserção de alunos em sala de aula nas diversas modalidades oferecidas pelo Programa. No exercício de 2010 trabalhamos apenas com o quantitativo de alunos dos cursos já em vigência. Uma demanda de 36 projetos aprovados estão aguardando para sua implantação, o que se espera avançar no exercício de 2011 com a retomada de parcerias por meio de convênio após decisão do TCU, Acórdão 3269/10 de dezembro/10.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados - %	11,00	31/12/2004			10,40	Média

Fonte: PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária /INEP/MEC

Medidas corretivas necessárias: A realização da nova pesquisa entretanto esta poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa

Justificativa: A análise do resultado encontra se prejudicada, devido a defasagem existente entre o número de não alfabetizados que hoje existam nos Projetos de assentamento com os dados coletados na pesquisa realizada em 2004. As informações da Pesquisa de Qualidade na Reforma Agrária 3 PQRA/INCRA/2010, indicam uma média nacional de 15,58% de pessoas assentadas não alfabetizadas, no Brasil, sem recorte de idade.

Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental - %	49,00	31/12/2004			56,48	Média
--	-------	------------	--	--	-------	-------

Fonte: PNERA/INEP/MEC

Medidas corretivas necessárias: A Coordenação está adotando as providências para a realização de nova pesquisa, ainda em 2011, para que possamos apresentar dados concretos sobre a execução do Programa e a taxa de Jovens e adultos que estejam matriculados não só na ação de EJA, mas também demonstrar a ampliação na qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e superior.

A realização da nova pesquisa poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa.

Justificativa: A análise do resultado encontra se prejudicada, devido a defasagem existente entre o número de não alfabetizados que hoje existam nos Projetos de assentamento com os dados coletados na pesquisa realizada em 2004. As informações da Pesquisa de Qualidade na Reforma Agrária 3 PQRA/INCRA/2010, indicam uma média nacional de 15,58% de pessoas assentadas não alfabetizadas, no Brasil, sem recorte de idade.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Mesmo com as dificuldades enfrentadas desde 2008, o Programa não deixou de acreditar e buscar novas parcerias. Hoje contamos com a execução de 72 cursos, nos diversos níveis de ensino, contabilizados em 35 parcerias com instituições de ensino. Atualmente temos 18.118 (dezoito mil e cento e dezoito) alunos em sala de aula matriculados nas ações de EJA, Nível Médio, Nível Superior e Especialização. Sendo o resultado das parcerias celebradas em exercícios anteriores ao acórdão por meio de convênios, além dos Termos de Cooperação com UFC, UFPB, UFPI, UFG, UFGD, UFRRJ, UFRJ e UFSC.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Esse mecanismo de avaliação pelos beneficiários não foi construída. Na discussão para construir a pesquisa nacional de educação nas áreas de reforma agrária deverá contemplar esse quesito.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA?

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

O Programa é desenvolvido com efetiva participação dos beneficiários e das instituições educacionais envolvidos.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

O Pronera baseia-se na relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial como condição essencial para qualificação do modo de vida da população assentada, neste sentido apresentando como princípios básicos: a inclusão, a participação, a interação e a multiplicação. Os princípios e pressupostos presentes nas propostas pedagógicas do PRONERA, em todos os níveis de ensino, devem ter por base a diversidade cultural, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico voltados para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária.

Relatório Anual de Avaliação

Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

GERENTE DO PROGRAMA

Richard Martins Torsiano

OBJETIVO

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária

PÚBLICO-ALVO

Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$247.423.895,00	Empenhado Liquidado: R\$46.798.045,88 Pago Estatais: - Total: R\$46.798.045,88
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas - 8378 (Área diagnosticada destinada/ha)	4.000.000,00	3.776.670,51	94,42	20.000.000,00	5.648.057,43	28,24
Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil - 0574 (imóvel regularizado/UNIDADE)	7.059,00	3.370,00	47,74	12.000.000,00	0,00	0,00
Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária - 8418 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	750,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional - 4426 (Área georreferenciada/ha)	7.866.726,00	4.738.932,95	60,24	127.613.218,00	19.606.656,02	15,36
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - 2105 (Imóvel gerenciado/UNIDADE)	1.333.333,00	407.393,00	30,55	12.000.000,00	4.392.914,79	36,61
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	26.155.526,00	9.828.353,43	37,58

Ano Base 2010

Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - 2110 (imóvel regularizado/UNIDADE)	44.508,00	57.528,00	129,25	26.436.257,00	4.591.384,86	17,37
Retomada de Terras Públicas - 8380 (Área com processo impetrado/ha)	148.378,00	0,00	0,00	7.418.894,00	4.253,98	0,06
Sistema de Cadastro Rural - 2114 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	15.500.000,00	2.726.425,37	17,59
Índice médio geral de realização			57,78			16,98

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas - 8378 (Área diagnosticada destinada/ha)	-	-	-	1.295.406,49	1.148.050,43	0,89
(RAP 2009) Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil - 0574 (imóvel regularizado/UNIDADE)	-	-	-	10.284.444,03	3.410.130,30	0,33
(RAP 2009) Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária - 8418 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	198.647,00	198.647,00	1,00
(RAP 2009) Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional - 4426 (Área georeferenciada/ha)	-	-	-	44.364.536,64	20.743.825,68	0,47
(RAP 2009) Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - 2105 (Imóvel gerenciado/UNIDADE)	-	-	-	376.957,88	162.852,14	0,43
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	4.454.040,97	4.308.689,68	0,97
(RAP 2009) Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - 2110 (Área regularizada/ha)	-	-	-	12.477.670,21	7.915.717,09	0,63
(RAP 2009) Sistema de Cadastro Rural - 2114 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	2.345.379,84	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,59

CONTEXTUALIZAÇÃO

A dimensão do território nacional e as suas diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a



Relatório Anual de Avaliação

ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário, a falta de um Sistema de Informações Geográficas - SIG agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e o equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo INCRA. O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do país, gerando altos custos ao erário na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural respaldam legalmente a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social. A destinação das terras públicas é um instrumento fundamental de combate à degradação ambiental e a grilagem de terras, sobretudo na Amazônia Legal e nas faixas de fronteira. As terras públicas federais não destinadas somam, na Amazônia Legal, o equivalente a 110 milhões de hectares, cerca de 31% dos mais de 353 milhões de hectares do seu território. Deste total, não existem estimativas sobre o quantitativo de terras da União ainda por serem arrecadadas e matriculadas na imensa faixa de fronteira internacional. Somente as terras públicas federais não regularizadas, mas que foram objeto de licitação no passado - contratos promessa de compra e venda, e contratos de alienação de terras públicas - somam 142 mil documentos. Os recursos naturais também são ameaçados pela grilagem e ocupação desordenada nestes territórios, comprometendo a sustentabilidade quando da sua destinação futura.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

- 1 - 62.595 títulos de regularização fundiária emitidos, totalizando 7.402.486 hectares
- 2 - 4.295.214 Certificados de Cadastro de Imóvel Rurais (CCIR) emitidos
- 3 - 20 concessões de direito real de uso, feitas pelo Incra ao ICMBio, incidentes em áreas circunscritas em Unidades de Conservação (Flona, Parna, Resex e Rebio), totalizando 6.684.180,85 hectares
- 4 - Georreferenciamento de mais de 90.000 imóveis, correspondendo a aproximadamente 5,3 milhões de hectares
- 5 - 7.813 certificações de imóveis rurais emitidas
- 6 - Consolidação da maior rede de estações ativas GPS/GNSS da América Latina e a melhor rede geodésica de estações ativas abaixo da linha do equador.
- 7 - Elaboração da versão atualizada das Estatísticas Cadastrais 2010 - Situação Jurídica
- 8 - Capacitação de 111 servidores do INCRA e 1.289 responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramento 3 UMC no Manual de Cadastro Rural. Supervisionadas 714 Unidades Municipais de Cadastramento

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Os contingenciamentos orçamentários nas diversas ações do programa



0138 foram os principais causadores da baixa execução financeira, além da falta de disponibilidade de recursos financeiros para cobrir os empenhos de restos a pagar dos anos anteriores e do próprio exercício de 2010.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Ocupação Territorial Aparente - %	65,00	31/12/2006	69,20	01/2011	68,50	Alta

Fonte: SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: As informações utilizadas para compor o índice são aquelas declaradas pelo detentor do imóvel rural e/ou seu representante legal no último recadastramento geral em 1992, acrescidas pela manutenção cadastral feita com base nos pedidos de atualização cadastral e do processo de depuração da base de dados do SNCR.

O valor alcançado no exercício está de acordo com o previsto para o PPA e é resultado do trabalho da Diretoria tanto na depuração dos dados do SNCR quanto de novas inclusões realizadas de maneira fidedigna fruto dos resultados dos convênios com os Institutos de Terra e órgãos correlatos visando à regularização e o conhecimento da malha fundiária.

Como consequência dos convênios realizados por meio da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária e do Programa Terra Legal com os Governos Estaduais, novas atualizações serão inseridas no SNCR em 2011, contribuindo para o maior conhecimento da malha fundiária e possibilitando uma fiscalização cadastral mais efetiva.

Taxa de Destinação de Terra Pública - %	62,00	31/12/2006	57,40	01/2011	95,80	Muito Baixa
--	-------	------------	-------	---------	-------	-------------

Fonte: SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

Medidas corretivas necessárias: Adequação do índice para a realidade encontrada após os trabalhos iniciais do Programa Terra Legal

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: Inicialmente cabe ressaltar que na elaboração do PPA, a estimativa de glebas públicas federais na Amazônia Legal era de 90 milhões de hectares. Entretanto com os trabalhos realizados no último período, especialmente pelo Programa Terra Legal, que realizou uma ampla depuração na base de dados e conferência de todos os processos de arrecadação, que encontrou uma área territorial de glebas arrecadadas, superior àquela estimada inicialmente. Razão pela qual, o indicador apresentado sofreu diminuição no período. Desta forma, o total de glebas arrecadadas somam um total de 1.201,063 km², sendo que destes há uma área destinada de 689.378 km², equivalendo a uma taxa de destinação de 57,40 %. Afirmamos que este número está em constante depuração tendo em vista as novas arrecadações de terras públicas federais em faixa de fronteira e os constantes processos de destinação de Terras Públicas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O ordenamento da estrutura fundiária brasileira, bem como a necessidade de aprimorar os instrumentos para essa gestão, se dá em meio à vasta dimensão do território nacional, suas peculiaridades regionais e a ampla complexidade de ocupações que recai sobre a malha fundiária brasileira, revelando a magnitude e os desafios postos à este Programa que é dinâmico e ultrapassa os horizontes do PPA 2008 - 2011.

As atividades realizadas no último período foram focalizadas nas áreas de regularização fundiária massiva (estados das regiões Norte e Nordeste) visando obter maior efetividade do emprego do recurso público.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Inexistência de indicadores específicos e instrumentos de mensuração adequada do tema em questão, que aborda desde o georreferenciamento até a regularização fundiária. A superação poderá ser obtida por meio de estudos técnicos-científicos.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA?

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

OUVIDORIA:

Ouvidoria Agrária Nacional é um canal que visa promover gestões e interlocução entre os instrumentos governamentais e a sociedade.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Reuniões realizadas com a CNA, IRIB, ANOTER, representações da área de cartografia e geomensura, Câmara dos Deputados etc, além da participação em eventos visando realizar a devida divulgação das ações para a sociedade

OUTROS:

Canal de denúncias no sítio do Terra Legal.

Relatório Anual de Avaliação

Paz no Campo

GERENTE DO PROGRAMA

Gercino José da Silva Filho

OBJETIVO

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos

PÚBLICO-ALVO

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$15.695.550,00	Empenhado Liquidado: R\$6.873.086,00 Pago Estatais: - Total: R\$6.873.086,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Estruturação de Instituições de Prevenção e Combate à Violência no Campo - 0B80 (instituição apoiada/UNIDADE)	2,00	11,00	550,00	806.867,00	0,00	0,00
Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas - 2109 (Família acampada assistida/UNIDADE)	121.720,00	228.740,00	187,92	13.632.683,00	5.836.034,12	42,81
Atendimento de Denúncias - Ouvidoria Agrária Nacional - 4300 (Denúncia atendida/UNIDADE)	519,00	567,00	109,25	40.000,00	36.286,71	90,72
Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais - 4288 (MEDIADOR CAPACITADO/UNIDADE)	100,00	152,00	152,00	156.000,00	125.350,93	80,35
Mediação de Conflitos Agrários - 4304 (Família assistida /UNIDADE)	7.500,00	21.139,00	281,85	360.000,00	321.504,62	89,31
Prevenção de Tensão Social no Campo - 4284 (Família assistida /UNIDADE)	35.000,00	76.900,00	219,71	700.000,00	553.909,62	79,13
Índice médio geral de realização			250,12			63,72

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Estruturação de Instituições de Prevenção e Combate à Violência no Campo - 0B80 (instituição apoiada/UNIDADE)	-	-	-	423.555,00	141.185,00	0,33
(RAP 2009) Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas - 2109 (Família acampada assistida/UNIDADE)	-	-	-	877.381,01	733.007,20	0,84
(RAP 2009) Atendimento de Denúncias - Ouvidoria Agrária Nacional - 4300 (Denúncia atendida/UNIDADE)	-	-	-	700,00	700,00	1,00
(RAP 2009) Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais - 4288 (MEDIADOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	10.139,22	1.868,16	0,18
(RAP 2009) Prevenção de Tensão Social no Campo - 4284 (Família assistida /UNIDADE)	-	-	-	53.067,43	16.093,07	0,30
Índice médio geral de realização			-			0,53

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente o campo brasileiro têm sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas têm dificultado os excluídos expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por conseqüência a fragilidade destes grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de Governo. Presente Programa PAZ NO CAMPO identifica-se com a Dimensão Democrática das orientações estratégicas e com o Mega Objetivo do governo no sentido de fortalecer a inclusão social por meio da atuação do Ouvidoria Agrária Nacional.

Relatório Anual de Avaliação

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

- 1 - 228.740 famílias acampadas assistidas.
- 2 - 152 mediadores de conflitos capacitados.
- 3 - 11 instituições de prevenção e combate à violência no campo atendidas com a cessão de um veículo pelo MDA.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: As metas inicialmente propostas foram superadas, mesmo com o contingenciamento de parte dos recursos, devido a realização de parcerias com as Superintendências Regionais do Incra, com a Companhia Nacional de Abastecimento, com entidades de combate à violência no campo e os movimentos sociais. Todas as ações do programa foram de fundamental importância para a obtenção dos resultados, podendo ser hierarquizadas, no exercício de 2010, da seguinte forma: 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas; 4304 - Mediação de Conflitos Agrários; 4284 - Prevenção de Tensão Social no Campo; 4288 - Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais; 0B80 - Apoio à Estruturação de Instituições de Prevenção e Combate à Violência no Campo; e 4300 - Atendimento de Denúncias. Todas as ações tiveram execução física acima da meta prevista, em função das parcerias desenvolvidas.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários - UNIDADE	42,00	31/12/2003	11,00	01/2011	0,00	Média

Fonte: Ouvidoria Agrária Nacional

Medidas corretivas necessárias: 1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Ampliar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela; 3) Ampliar a capacitação dos mediadores de conflitos agrários, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão abaixo das necessidades/demandas. **OBSERVAÇÃO:** Se faz necessário observar que as metas físicas alcançadas, embora tenham superado as metas previstas, ainda estão aquém do necessário e por esta razão são necessários mais recursos, conforme explanado nos itens "2" e "3".

Justificativa: O Indicador do Programa utilizado atualmente é o número de homicídios decorrentes de conflitos agrários, de forma que o índice ideal é zero, ou seja, nenhuma morte decorrente de conflito agrário. Apenas como referência, no ano de 2003 foram 42 mortes decorrentes de conflitos no campo, número este que caiu substancialmente ao longo dos anos, com a execução das ações do Programa Paz no Campo. Entretanto, mesmo com a queda substancial, em 2010 esse número foi de 11 homicídios, quantidade ainda muito alta, evidenciando que as ações do programa devem ser intensificadas, com maior disponibilidade de recursos, permitindo a implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; aumentar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo; e ampliar os cursos de capacitação para mediadores de conflitos agrários. Vide a observação consignada no campo anterior (Medidas corretivas necessárias).

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O atendimento à parcela do público alvo pertencente ao segmento "Famílias Acampadas" deu-se principalmente por meio da ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, cuja execução físicas foi acima da meta inicialmente prevista, registrando 187,92%, atendendo boa parte das demandas dos movimentos sociais, com o objetivo de garantir a dignidade humana, fortalecer a inclusão social e combater a insegurança alimentar e nutricional. Os demais segmentos do público alvo foram atendidos por meio das ações 4304 - Mediação de Conflitos Agrários (281,85% de execução da meta física inicialmente prevista); 4284 - Prevenção de Tensão Social no Campo (219,71%); e 4300 - Atendimento de Denúncias - Ouvidoria Agrária Nacional (109,25%).

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A principal dificuldade é a ausência de um sistema de controle de informações e de metodologia no tratamento das mesmas, capaz de mensurar e diagnosticar com eficiência os resultados de cada intervenção das ações do programa com relação aos diversos segmentos de beneficiários, demonstrando a efetividade da aplicação das políticas públicas quanto aos anseios e satisfação do público alvo.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

OUVIDORIA:

A Ouvidoria Agrária Nacional recebe diretamente dos movimentos sociais ou qualquer parte interessada informações, denúncias e/ou solicitações de encaminhamentos/providências, sendo uma efetiva via de participação social no programa.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

A realização de audiências públicas constitui-se em um dos principais instrumentos utilizados pela Ouvidoria Agrária Nacional para a prevenção, mediação e resolução dos conflitos agrários/fundiários.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Assim como as audiências públicas, reuniões com grupos de interesses são freqüentemente utilizadas como ferramenta para a prevenção, mediação e resolução dos conflitos agrários/fundiários.